



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0023527-15.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Alienação Judicial**
 Requerente: **Paulo Vicente Faria**
 Requerido: **Renata Cristina de Faria e outros**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 07 de fevereiro de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO**.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 2420/12

VISTOS

PAULO VICENTE FARIA ajuizou a presente ação de
EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO em face de **RENATA CRISTINA DE FARIA, LUIS**
APARECIDO DE FARIA, MARCIA JOANA DE FARIA SANCHES, SILVIO
SANCHES, REGINA VANDERLEIA DE FARIA e JOSÉ SEBASTIÃO DE FARIA.

Alega o requerente, em síntese, que é condômino do imóvel
 descrito às fls. 03, deixado por falecimento de Maria de Lourdes de Almeida, que
 detinha o usufruto do bem. Sua participação equivale a 1/6, sendo os demais
 titulares de 5/6. Em 16/08/2005 as partes firmaram acordo pelo qual apenas o
 corréu Luis poderia residir no imóvel, a título de comodato. Ocorre que
 atualmente também residem no imóvel a correquerida Renata, seu marido, os
 filhos, um neto e a sogra. Pontuando que se encontra em situação financeira
 difícil, requereu a extinção do condomínio. Juntou documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Todos os requeridos foram citados (cf. fls. 22, 37, 40, 42 e 44), e deixaram transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de defesa (fls. 45), ficando reconhecidos em estado de contumácia.

É o **RELATÓRIO**.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Os litigantes são condôminos do imóvel. É o que revela a cópia da ficha de matrícula que segue a fls. 13.

As frações das partes somam 100% do imóvel: Paulo/autor - 1/6, Renata Cristina - 1/6, Luis Aparecido - 1/6, Marcia Joana (casada com Silvio Sanches) (1/6), Regina Vanderleia - 1/6 e José Sebastião – 1/6.

A indivisibilidade do bem não foi contestada.

Considerando que as partes não chegaram a um acordo resta evidente a necessidade da venda judicial para colocar fim a situação de condomínio não mais desejada.

Nesse sentido:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ementa: extinção de coisa comum. Designação de hasta pública para a venda do imóvel. Admissão de maior lance, no valor mínimo de 50% da avaliação. Possibilidade. Inteligência do artigo 1.115 do CPC. Partes que poderão exercer o direito de preferência. Decisão mantida. Agravo desprovido (TJSP, Agravo de Instrumento 994092867823, Rel. Natan Zelinschi de Arruda, DJ 26/11/2009).

* * *

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para **DECLARAR EXTINTO O CONDOMÍNIO ENTRE AS PARTES E DETERMINAR A VENDA** do bem descrito na inicial (de matrícula nº 14653), em leilão, a ser futuramente designado, após a necessária avaliação do imóvel.

Sucumbentes, arcarão os requeridos com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

P.R.I.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito